PARECER JURÍDICO Nº 02/2025

RELATÓRIO

Projeto de Lei nº 001.2025, com a seguinte Matéria/ Ementa: “Altera a Lei Municipal nº 4.143, de 12 de abril de 2023, que “Estabelece Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Serafina Corrêa/RS, institui o respectivo quadro de cargos e funções e dá outras providências”.

O Projeto de Lei visa atender à expansão da rede municipal de ensino, com a implantação de uma Escola em Tempo Integral na zona rural e a abertura de uma nova Escola de Educação Infantil no Bairro Planalto, além do aumento de alunos e profissionais. A criação das funções gratificadas de Diretor e Vice-Diretor é necessária para atender à demanda do ensino integral e infantil, conforme a Lei Federal nº 14.640/2023 e os Planos Nacional e Municipal de Educação. A extinção de cargos em comissão e criação de novas funções, como Assessor Pedagógico Administrativo e Diretor de Divisão Administrativa, visa atender à demanda administrativa e pedagógica, valorizando servidores de carreira.

O projeto solicita apreciação em regime de urgência, dada a proximidade do início do ano letivo e a necessidade de adequação imediata da estrutura educacional.¹

FUNDAMENTAÇÃO

As normas relativas à estrutura administrativa municipal reputam-se assunto de exclusiva competência legislativa do Município, por força da autonomia político-administrativa que lhe foi outorgada pela Constituição da República, nos termos dos seus arts. 1º, 18, 29 e 30.

No mesmo sentido, conforme art. 46, II da LOM, é de competência exclusiva do Prefeito a iniciativa de leis que versam sobre a organização e situação de servidores do Poder Executivo.

Cabe ressaltar que estas regras e princípios da CF/88 e LDB, devido ao seu grau de abrangência normativa, constituem os fundamentos para a criação dos planos de cargos do magistério dos entes da federação, dentre eles, os Municípios. Como o próprio nome indica, a LDB estabelece as diretrizes da educação nacional. Portanto, cabe ao Município, a organização do regime funcional de seus servidores e de sua organização interna.

III – CONCLUSÃO

Em conclusão, considerando que a matéria se encontra abarcada dentre aquelas cuja competência legislativa incumbe ao município, bem como proposta pelo Chefe do Executivo nos moldes do art. 46, II da LOM, opina-se pela viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 001, de 2025.

¹ § 4º Quando se tratar de projeto de iniciativa do Prefeito que tenha sido solicitado com urgência, os prazos previstos serão reduzidos para 15 (quinze) dias.

Serafina Corrêa, 04 de fevereiro de 2025

Camila Dors Gasparotto
OAB/RS 98969